

IMPLICAÇÕES NA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS NA HISTÓRIA DO BRASIL: UMA REVISÃO DA LITERATURA

IMPLICATIONS FOR YOUTH AND ADULT EDUCATION IN THE HISTORY OF BRAZIL: A LITERATURE REVIEW

RESUMO

O presente texto apresenta o processo histórico e as implicações acerca da execução da educação de jovens e adultos no Brasil. Se justifica devido a necessidade de compreender a importância da EJA para aqueles que não alcançaram a escolarização na idade apropriada, seja por motivos sociais, econômicos, geográficos ou familiar. Tem como objetivo fazer um delineamento sobre as complicações e desafios que impediram que jovens e adultos tivessem acesso à educação ao longo da História do Brasil até os dias atuais. Dentre os teóricos que sustentam este trabalho tem-se (MARQUEZ; GODOY 2020); (KELLER; BECKER (2020)); (SIQUEIRA, 2019); (TEODORO; SANTOS, 2020) e entre outros. O presente estudo trata-se de uma pesquisa qualitativa de caráter descritiva-exploratório, realizada entre dezembro de 2020 a fevereiro de 2021, através de trabalhos disponíveis nas bases de dados, Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD), Google acadêmico e Scientific Electronic Library Online (SciELO), além de publicação do Ministério da Educação, publicados em língua portuguesa disponíveis eletronicamente na íntegra, publicados entre os anos de 2011 a 2020. Levando em consideração as pesquisas realizadas através dos critérios de inclusão e exclusão de trabalhos sobre a temática, teve-se como resultado 24 trabalhos, contudo, após a análise dos textos, apenas 13 foram selecionados para a construção do presente texto. De acordo com todos os trabalhos selecionados, pode-se averiguar que a Educação de Jovens e Adultos no Brasil passou por diversos desafios a ter ser garantida como um direito constitucional a todos os brasileiros, porém ainda se encontra com graves problemas que dificultam o acesso e a permanência dos alunos nessa modalidade de ensino. Conclui-se que, ainda que a sociedade tenha conquistado direitos sociais com o advento da Carta Constitucional de 1988, os direcionamentos para a educação, em especial, da EJA são poucos. Ademais, as implicações do não oferecimento de forma autônoma da educação às pessoas, continuam a afetar o protagonismo de cidadãos que poderiam ter uma melhor qualidade de vida.

Palavras-chave: Desafios. História da EJA.

ABSTRACT

This text presents the historical process and the implications regarding the implementation of youth and adult education in Brazil. It is justified due to the need to understand the importance of EJA for those who did not reach school at the appropriate age, whether for social, economic, geographic or family reasons. It aims to outline the complications and challenges that prevented young people and adults from having access to education throughout the history of Brazil until the present day. Among the theorists who support this work there are (MARQUEZ; GODOY 2020); (KELLER; BECKER (2020)); (SIQUEIRA, 2019); (TEODORO; SANTOS, 2020) and others. The present study is a qualitative research of a descriptive-exploratory character, carried out between December 2020 and February 2021, through works available in the databases, Brazilian Digital Library of Theses and Dissertations (BDTD), Google Scholar and Scientific Electronic Library Online (SciELO), in addition to publication by the Ministry of Education, published in Portuguese and available electronically in full, published between the years 2011 to 2020. Taking into account the research carried out through the inclusion and exclusion criteria of works on the theme, it resulted in 24 works, however, after analyzing the texts, only 13 were selected for construction. According to all selected works, it can be ascertained that Youth and Adult Education in Brazil underwent several challenges to be guaranteed as a constitutional right to all Brazilians, but it still faces serious problems that hinder students' access and permanence in this type of education. It is concluded that, although society has conquered social rights with the advent of the 1988 Constitutional Charter, the directions for education, in particular, of EJA are scarce. Furthermore, the implications of not providing people with autonomous education continue to affect the role of citizens who could have a better quality of life.

Keywords: Challenges. History of EJA.

Juciara Inácio dos Santos

Universidade Estadual de Alagoas.
juciarainacio43@gmail.com
ORCID: 0000-0003-2921-7353

Sulamita Camila Feitosa

Universidade Estadual de Alagoas.
sulamita@alunos.uneal.edu.br
ORCID: 0000-0001-6766-3245

Introdução

Para trazer os questionamentos acerca das implicações da execução da política educacional com ênfase nas estratégias educativas para Jovens e Adultos, faz-se necessário fazer um recorte dos acontecimentos que abarcaram o Brasil desde o período colonial até hoje na contemporaneidade que interfere diretamente na área da educação e, por conseguinte, ao grupo da população que sofreu os condicionamentos de um Estado que sempre privilegiou o setor econômico, deixando em segundo plano a Educação, atrelando-a aos objetivos lucrativos de empreendedores que só exploram a classe proletária.

A Educação no Brasil possui um espaço que representa igualdade e as diferenças dos cidadãos desde sua implementação. Esta educação é pública e gratuita, se divide em etapas como pré-escola, ensino fundamental e ensino médio, é direito de todo sujeito, é dever do Estado garantir essa educação a todos os brasileiros. Porém, ainda é notório as pessoas que abandonam a vida escolar por inúmeros motivos, entre eles ter que trabalhar para ajudar na renda familiar. Nesse sentido, historicamente a educação sempre esteve a serviço dos mais privilegiados, sendo a Educação de Jovens e Adultos algo não tão diferente, que foi criada para as pessoas que não tiveram acesso a escola na idade apropriada como apresenta a LLei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional 9.394/96 (CAMPOS *et al.*, 2020)

Além disso, a modalidade de ensino, a Educação de Jovens e Adultos, é destinada para aqueles que durante a infância ou adolescência tiveram o direito à educação negado, por razões como, condições socioeconômicas desfavoráveis, falta de vagas nas escolas ou até mesmo pela precariedade dos sistemas de ensino (BASTIANI, 2011).

Os jovens e adultos que fazem parte da EJA são em grande parte trabalhadores que podem estar passando por algumas dificuldades, inclusive físicas como, cansaço, fadiga e mobilidade no serviço, podem estar desempregados ou fazendo alternância de turnos no trabalho e por isso muitas vezes esse trabalho é evidenciado como motivo por terem deixado a escola, como também uma das razões para voltarem a frequentar a escola. Outro fator importante na Educação de Jovens e Adultos, é que questões como diversidade étnica, de gênero, de localização espacial e de trajetória de vida social e escolar precisam ser levadas em consideração para que novas políticas públicas sejam criadas para atender

essas especificidades e para orientar a organização do trabalho pedagógico (MARQUEZ; GODOY 2020).

São muitas as pessoas que vivem em situação de fragilidade. No que se refere a educação de pessoas marginalizadas socialmente são poucas as políticas públicas que atendem suas necessidades e apenas são categorizadas como sujeitos alvo da Educação de Jovens e Adultos, pois pode-se perceber que alguns programas de alfabetização, assim como de escolarização para Jovens e Adultos não foram pensados para e com eles, que são os principais interessados, porém o Estado tem a responsabilidade de executar e garantir essas políticas, assegurando os direitos para os jovens e adultos que estão em situação de vulnerabilidade os direitos que são garantido para todos em leis brasileiras (Pereira, 2019).

Atualmente o número de matrículas na EJA tem diminuído. De acordo com dados publicados no ano de 2020 pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), o número de matrículas de alunos da EJA caiu 3,3 milhões no ano de 2019, o que representa cerca de 7,7% dos alunos na EJA. O Censo Escolar da Educação Básica registrou queda de 8,1% no Ensino Fundamental e de 7,1% no Ensino Médio. Sendo que, nessa modalidade de ensino os alunos com idade inferior a 30 anos representam 62,2% das matrículas, nesta mesma faixa etária 57,1% são homens e quando se analisa as idades acima de 30 anos as mulheres representam 58,6% das matrículas (BRASIL, 2020).

Diante de todas essas questões, este trabalho tem como objetivo fazer um delineamento sobre as complicações e desafios que impediram que jovens e adultos tivessem acesso à educação ao longo da História do Brasil até os dias atuais.

A realização deste estudo se justifica devido a necessidade de compreender a importância da EJA para aqueles que não alcançaram a escolarização na idade apropriada seja por motivos sociais, econômicos, geográficos ou familiares, como trabalhadores, donas de casa, jovens, adultos, idosos e pessoas com deficiência, visto que a EJA vem como oportunidade para iniciar ou ampliar a formação acadêmica dessas pessoas, as quais pretendem buscar por meio da educação melhores condições de vida.

A estrutura do texto parte da introdução, em seguida o referencial teórico, o qual traz alguns apontamentos sobre o assunto de acordo com autores que investigaram a temática. Ademais, o tópico resultados e discussões, também compõem a estrutura do

presente trabalho, o qual tem uma tabela elaborada pelas autoras referentes aos teóricos e seus trabalhos, os quais utilizamos para a realização do trabalho, assim como algumas considerações sobre os mesmos e por fim tem-se as considerações finais e as referências utilizadas.

Referencial teórico

“A educação no Brasil tivera início ainda no período colonial” (CAMPOS *et al.*, pág. 47096, 2020). Contudo, os interesses educacionais durante o período colonial no ano de 1549, estavam direcionados apenas para a propagação da Fé católica; a igreja almejava que os ensinamentos fossem feitos por toda a população e encontrou na colonização o momento profícuo para a consolidação dos adeptos da religião (KELLER; BECKER (2020).

Consoante a Keller e Becker (2020), no período da colonização, não existia um plano educacional que tivesse por objetivo a construção de meios que proporcionasse às crianças e aos jovens e aos adultos momentos que elevasse o patamar da alfabetização, pois a colonização atrelava a educação a tarefa de cuidar somente dos filhos dos portugueses recém-chegados, articulada a essa atividade a missão de catequizar as pessoas.

À época da colonização, o apostolado tinha como objetivo o ensinamento dos dogmas da igreja e o estado instalado distanciava-se cada vez mais de uma sociedade emancipada através da educação, pois os governantes priorizavam a acumulação de riquezas e manutenção da ordem em detrimento do social (KELLER; BECKER, 2020).

No entanto, a partir de 1930, com a introdução de Getúlio Vargas no governo brasileiro, os objetivos estavam concentrados na Indústria e, com isso, a educação foi relegada a segundo plano. Além do mais, concernente ao momento em que o país vivia, a classe trabalhadora foi crescendo e com ela um crescente contingente de jovens e adultos sem direito ao acesso à educação que pudesse favorecer a eles momentos de vivência cultural, artística que perpassam uma educação de qualidade (BELEZA; NOGUEIRA, 2020).

Por volta do século XX, com o intuito de aumentar a quantidade de eleitores, foram aprovados projetos de leis que tornaram a Educação de Jovens e Adultos obrigatória no país. Outro passo importante foi a reforma João Luiz Alves, que implementou o ensino

noturno para jovens e adultos, atendendo os interesses da elite e iniciando a luta contra o analfabetismo em 1930, com um único objetivo, aumentar o número de eleitores (BELEZA; NOGUEIRA, 2020).

Beleza e Nogueira (2020), trazem que com a ascensão da década de 80 a sociedade brasileira galgou novos horizontes- a promulgação da Constituição Federal de 1988. Ademais, a conquista da Carta Magna em 1988 foi um marco importante para a Educação e a partir desse momento que se poderia oferecer a EJA. Entretanto, apesar de a Constituição Federal de 1988 ter posta a educação como um direito universal, ainda é perceptível os desafios enfrentados pela política pública da EJA e que o acesso a esta modalidade ainda não é universal, o que se verifica como uma contradição do que é posto nas normativas do que é na prática.

Consoante ARAÚJO (2013), os mecanismos eram implementados para o processo de ensino aprendizagem dos educandos da EJA com um único objetivo, a construção de uma mão de obra favorecedora da acumulação capitalista.

Assim, um dos grandes desafios e lutas na Educação de Jovens e Adultos que pode ser percebido ao longo da história do Brasil, é quebrar o paradigma de classe dominante presente na sociedade para assim alcançar os direitos democráticos, pois as políticas educacionais numa sociedade capitalista, gera desigualdade social e econômica por atender os interesses dessa classe dominante e manter o sistema de produção, que dá origem ao capitalismo (MARQUEZ; GODOY, 2020)..

Segundo Teodoro e Santos (2020), a educação no Brasil é um ambiente de conflitos, pois há, desde os primórdios do que seria o embrião da escolaridade até a sua institucionalização, um espaço que conflui para igualdades e outro para diferenças. Os autores exemplificam algumas implicações na Educação de Jovens e Adultos, trazendo que, ainda que a educação seja posta como um direito e um dever do Estado de implementar normas que materializam esse direito subjetivo do aluno, pode-se observar no cotidiano as defasagens na escola de crianças e jovens e que elas estão relacionadas ao não acesso a outras políticas públicas, que, quando não acessadas, provocam implicações de forma clara na fruição da escola, visto que os educandos abandonam os sistemas educacionais, muitas vezes, para ajudar na manutenção da renda familiar.

Além disso, pode-se dizer que o Estado tem se afastado dos seus compromissos para com as políticas públicas sociais e por consequência há um crescimento de jovens e

adultos alijados de seus direitos fundamentais. São relativas aos fatores políticos, econômicos, culturais e sociais que foram implantados em épocas anteriores, mas que interferem ainda hoje (TEODORO; SANTOS, 2020).

O setor educacional vive, por mais que se tenham normas que preconizam a Educação como um direitos inerente às pessoas, os profissionais ligados a EJA enfrentam também juntos a seus educandos as implicações do não direcionamento do governo à frente das políticas macroeconômicas ligadas às sociais que comportam o trabalho, saúde, educação, entre outras que confluem para direitos (TEODORO; SANTOS, 2020).

Sabe-se que além do negacionismo dos direitos à educação aos jovens e adultos, estes também sofrem com a discriminação por ter abandonado sua vida escolar com aponta (SIQUEIRA, 2019). Conforme o mesmo autor, os estudantes que procuraram continuar sua escolarização na modalidade de ensino EJA, são aqueles que por condições sociais vivem à margem da sociedade, o que atrela a esta modalidade a função de reparadora e reconhece que existe uma dívida que foi acumulada na história do Brasil, referente aos direitos dos jovens e adultos que precisam frequentar a escola.

Embora os estudantes da EJA tenham seus direitos negativos historicamente, sofram com a exclusão social e possuam trajetória escolar descontínua, ainda conseguem retomar os estudos, com o intuito de qualificar-se profissionalmente mesmo diante da crise do desemprego na sociedade, almejando uma mudança na qualidade de vida tanto sua como de sua família. Nesse sentido, é de extrema importância que os sistemas educacionais compreendam que é necessário que os estudantes tenham suas necessidades, desejos, vontades, vivência e principalmente seus os direitos garantidos como está presente nas leis brasileiras (ANDRADE, 2004, apud, BICALHO, Ramofly; JARDIM, 2018).

Passado algum tempo, no ano de 2003, o Ministério da Educação tornou a alfabetização de jovens e adultos prioridade do governo federal. Além disso, neste mesmo período foi criada a Secretaria Extraordinária de Erradicação do Analfabetismo com a meta de pôr fim ao analfabetismo no Brasil. No entanto, para que a meta fosse alcançada, lançou-se o Programa Brasil Alfabetizado, o MEC apoia e dá o suporte necessário aos governos estaduais e municipais, instituições de ensino superior e ONG's que assim efetuam ações de alfabetização de jovens e adultos (BASTIANI, 2011).

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, nº 9.394 de 20 de dezembro de 1996 (LDB), que vigora até hoje coloca:

Os direitos educativos dos jovens e adultos ao ensino, respeitando suas necessidades e condições de aprendizagem, incluindo a preparação para o exercício da cidadania e qualificação para o trabalho; estabelecendo as responsabilidades dos entes federados na identificação e mobilização de demandas emergentes ao ensino de jovens e adultos, com a garantia ao acesso e a permanência destes estudantes até o final do processo de escolarização (NEVES, *et al.*, pág.7 2020).

Porém, atualmente percebe-se que o cenário da EJA se encontra com o ensino precário, por razões como, profissionais educacionais despreparados, a falta de um currículo que leva em consideração a realidade dos alunos, seu contexto sócio-histórico e cultural. Somado a isso, muitos desses alunos possuem uma trajetória escolar marcada pelo fracasso, evasão e repetência, o que muitas vezes os impede que tenham uma melhor qualidade de vida, tornando desse modo a sociedade em que fazemos parte demandada pela desigualdade e completamente excludente (NEVES, *et al.* 2020).

Assim pode-se perceber que as implicações na Educação de Jovens e Adultos são atinentes aos fatores políticos, econômicos, culturais e sociais que foram implantados em épocas anteriores, mas que interferem ainda hoje. Pode-se dizer que esse setor educacional convive, por mais que se tenha uma norma de 88 que preconiza a Educação como um direito social inerente ao ser humano e dever do estado, assim como a LDB (Lei de Diretrizes e Bases da Educação) que veio após ela, hoje os profissionais ligados a EJA enfrentam desafios para a implantação de um currículo que fazer frente ao direito de pessoas que por diversos fatores não puderam ter a fruição do acesso à educação. Sem contar da não motivação do governo que não prioriza a Educação de uma forma geral, quiçá a de Jovens e Adultos.

Procedimentos metodológicos

O presente estudo trata-se de uma pesquisa qualitativa de caráter descritiva-exploratório, realizada entre dezembro de 2020 a fevereiro de 2021. Pesquisa que tem o

intuito de apresentar as implicações na Educação de Jovens e Adultos ao longo da história do Brasil.

Segundo as autoras (VOSGERAU; ROMANOWSKI, 2014, p. 167):

Os estudos de revisão consistem em organizar, esclarecer e resumir as principais obras existentes, bem como fornecer citações completas abrangendo o espectro de literatura relevante em uma área. As revisões de literatura podem apresentar uma revisão para fornecer um panorama histórico sobre um tema ou assunto considerando as publicações em um campo. Muitas vezes uma análise das publicações pode contribuir na reformulação histórica do diálogo acadêmico por apresentar uma nova direção, configuração e encaminhamentos.

Esse estudo foi realizado a partir de estratégias de buscas feitas com os descritores, Educação de Jovens e Adultos no Brasil, Desafios na EJA, Direitos na Educação de Jovens e Adultos, Políticas públicas da EJA, nas bases de dados, Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD), Google acadêmico e Scientific Electronic Library Online (SciELO), além de publicação do Ministério da Educação.

Utilizou-se como critério de inclusão artigos e dissertações científicas publicados em língua portuguesa disponíveis eletronicamente na íntegra, publicados entre os anos de 2011 a 2020, extraindo de todos a identificação como, autores, título do trabalho, o tipo de revista, país, cidade e ano de publicação. Tendo como critério de exclusão trabalhos que não atendiam objetivo da pesquisa e publicados a anos anteriores a 2011.

Resultados e discussões

Levando em consideração as pesquisas realizadas através dos critérios de inclusão e exclusão de trabalhos sobre a temática, foram encontrados 24 trabalhos, contudo, após a análise dos textos, apenas 13 foram selecionados para a construção do presente texto, conforme evidenciado no quadro abaixo.

Autores	Título	Ano
ARAÚJO, Zilma Franco Morais.	O significado da educação de jovens e adultos para educandos e educadores no ceja cesário Neto	2013
BASTIANI, Décia Maria de.	Perfil e desafios dos alunos da educação de jovens e adultos do município de Santa Helena-PR	2011
BELEZA, Janderlane Oliveira; NOGUEIRA, Eulina Maria Leite.	Contexto histórico da Educação de Jovens e Adultos no Brasil	2020
BICALHO, Ramofly; JARDIM, Anilda.	Trabalho e educação de jovens e adultos na sociedade contemporânea	2018
BRASIL.	Ministério da Educação. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP)	2020
CAMPOS, Ana Karen Alves; SILVA Suelene Vaz da; LUZ, Rosângela Medeiros da.	Educação de jovens e adultos: (trans)formando vida e formação profissional	2020
KELLER, Lenir; BECKER, Elsbeth Léia Spode.	A trajetória da educação de jovens e adultos no brasil	2020
MARQUEZ, Nakita Ani Guckert; GODOY, Dalva Maria Alves.	Políticas públicas para educação de jovens e adultos: em movimento e disputa	2020
NEVES, Adna Santos das; FREITAS, Katia Siqueira de; AMORIM, Antônio; LEPIKSON, Maria de Fátima Pessoa.	EJA na perspectiva da educação em direitos humanos: Implicações no contexto social	2020
PEREIRA, Antonio.	Os sujeitos da EJA e da educação social: As pessoas em situação de vulnerabilidade social	2019
SIQUEIRA, Audrey Mara de Moraes.	Direito à educação ao longo da vida e a modalidade educação jovens e adultos	2019
TEODORO, Elisa Campos; SANTOS, Silvia Alves dos.	Os estudantes da educação de jovens e adultos.	2020
VOSGERAU, Dilmeire Sant'anna Ramos; ROMANOWSKI, Joana Paulin	Estudos de revisão: implicações conceituais e metodológicas: implicações conceituais e metodológicas	2014

Quadro elaborado pelas autoras

De acordo com todos os trabalhos selecionados, pode-se averiguar que a Educação de Jovens e Adultos no Brasil passou por diversos desafios a ter de ser garantida como um direito constitucional a todos os brasileiros. Conforme destacado por Beleza e Nogueira (2020) desde os primeiros vestígios de educação de Jovens e Adultos na história do Brasil está passando por vários desafios, durante muito tempo o país apresentava um alto índice de pessoas que ainda eram analfabetas, no entanto, devido a necessidade de haver mais pessoas que saibam ler e escrever, vários programas voltados para esse público foram criados com o intuito de diminuir esse índice. Outro problema apontado é que o acesso e a permanência dos alunos nas instituições de ensino ainda não são universal, por diversos motivos, pois alguns alunos precisam trabalhar para ajudar na casa, abandonam a escola por razões sociais e familiares.

Alguns autores mencionados anteriormente apresentam que por muito tempo os jovens e adultos não tiveram o direito à educação e quando passaram a ter era por interesse político e atender as necessidades de uma classe dominante, e só mais tarde depois de vários movimentos o governo começou a se preocupar realmente com o baixo nível de escolaridade dos jovens e adultos, o que acaba afetando negativamente sua vida, já que fazemos parte de uma sociedade comandada pela linguagem que exige que as pessoas saibam ler, escrever, contar e interpretar para ser “alguém na vida”.

Contudo, ainda foi apontado por alguns teóricos que garantir o direito à educação gratuita aos jovens e adultos não foi o suficiente para que eles frequentem a escola, pois as péssimas condições socioeconômicas que alguns jovens e adultos tinham obrigavam muitos deles a desistirem dos estudos ou até mesmo não ingressar na escola, pois precisam trabalhar para sustentar a família, eram segregados e marginalizados socialmente.

Nesse sentido, percebe-se que essas implicações ainda se fazem presentes até os dias atuais pois, conforme a pesquisa do INEP de 2020 os números de matrículas de jovens e adultos vêm diminuindo, assim para nós esses problemas vêm ocorrendo devido a falta de reflexões sobre melhores alternativas que consigam motivar esses alunos a irem para a escola ou até mesmo alternativas que possa melhorar suas condições de vida, no qual a criança ou o jovem não tenha que deixar de ir a escola para trabalhar.

Considerações finais

Conforme os apontamentos realizados no decorrer do trabalho, evidencia-se que a subalternidade proposta para a política educacional direcionada para jovens e adultos vem passando desde o período da colonização do Brasil. Ainda que a sociedade tenha conquistado direitos sociais com o advento da Carta Constitucional de 1988, os direcionamentos para a educação, em especial, da EJA são parcos. As preocupações do Estado continuam sendo a busca de meios que venham privilegiar o setor econômico em detrimento do social, isso ficou evidenciado durante o processo da pesquisa para a construção do presente trabalho. As implicações do não oferecimento de forma autônoma da educação às pessoas continuam a afetar o protagonismo de cidadãos que poderiam ter uma melhor qualidade de vida. Os autores apresentados comungam de pensamentos convergentes, com a perspectiva de que o caminho para a consolidação de uma educação favorecedora da emancipação humana se faz através de mecanismos que possam favorecer aos educandos desde cedo através de políticas educacionais profícuas para os cidadãos. Desse modo, apesar dos caminhos cheios de dificuldades que enfrenta a educação, com um governo que não prioriza as potencialidades dos alunos, esta pesquisa busca desenvolver em seus leitores um espírito crítico quando se analisa os elementos determinantes que levaram e continuam a levar o sistema educacional brasileiro.

Referências

1. ARAUJO, Zilma Franco Moraes. *O significado da educação de jovens e adultos para educandos e educadores no CEJA Cesário Neto*. 2013. 152 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal de Mato Grosso, Instituto de Educação, Cuiabá, 2013 Disponível em: <https://ri.ufmt.br/handle/1/1004>. Acesso em 28. dez. 2020
2. BASTIANI, Décia Maria de. *Perfil e desafios dos alunos da educação de jovens e adultos do município de Santa Helena-PR*. 2011. 52 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Especialização) – Universidade Tecnológica Federal do Paraná, Medianeira, 2011. Disponível em: <http://repositorio.utfpr.edu.br/jspui/handle/1/20347> Acesso em: 24 jan. 2021
3. BICALHO, Ramofly; JARDIM, Anilda. Trabalho e educação de jovens e adultos na sociedade contemporânea | Work and education of youth and adults in contemporary society. *Trabalho & Educação, [S. l.]*, v. 27, n. 1, p. 53–67, 2018. Disponível em: <https://periodicos.ufmg.br/index.php/trabedu/article/view/9678/6854>. Acesso em: 20 jan. 2021.

4. BELEZA, Janderlane Oliveira; NOGUEIRA, Eulina Maria Leite. Contexto histórico da Educação de Jovens e Adultos no Brasil. *Revista Ensino de Ciências e Humanidades–Cidadania, Diversidade e Bem Estar*, Ano 4, Vol.IV, Número 2, jul-dez, 2020, p.107-126. Disponível em: <https://periodicos.ufam.edu.br/index.php/rech/article/view/7958/5665>. Acesso em: 15 jan. 2021
5. BRASIL. Ministério da Educação. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP). *Censo Escolar*, 2020. Brasília, 2020. Disponível em: http://inep.gov.br/artigo/-/asset_publisher/B4AQV9zFY7Bv/content/matriculas-na-educacao-de-jovens-e-adultos-cai-3-3-milhoes-de-estudantes-na-eja-em-2019/21206. Acesso em: 16 jan. 2021
6. CAMPOS, Ana Karen Alves; SILVA Suelene Vaz da; LUZ, Rosângela Medeiros da. Educação de jovens e adultos: (trans)formando vida e formação profissional. *Braz. J. of Develop*, Curitiba, v. 6, n. 7, p.47094-47105 ,jul. 2020. Disponível em: <https://www.brazilianjournals.com/index.php/BRJD/article/view/13237/11126> Acesso em: 24 jan. 2021
7. KELLER, Lenir; BECKER, Elsbeth Léia Spode. A trajetória da educação de jovens e adultos no brasil. *Revista EJA em Debate*, Ano, 9 n. 5, jan-jun, 2020. Disponível em: <https://periodicos.ifsc.edu.br/index.php/EJA/article/view/2777/pdf4> Acesso em: 15 jan. 2021
8. MARQUEZ, Nakita Ani Guckert; GODOY, Dalva Maria Alves. Políticas públicas para educação de jovens e adultos: em movimento e disputa. *Revista de Educação Popular*, v. 19, n. 2, p. 25-42, 1 set. 2020. Disponível em: <http://www.seer.ufu.br/index.php/reveducpop/article/view/51940> Acesso em: 16 jan. 2021
9. NEVES, Adna Santos das; FREITAS, Katia Siqueira de; AMORIM, Antônio; LEPIKSON, Maria de Fátima Pessoa. EJA na perspectiva da educação em direitos humanos: Implicações no contexto social. *Revista Mbote*, v. 1, n. 1, jan./jun. 2020. Disponível em: <https://www.revistas.uneb.br/index.php/mbote/article/view/9363>. Acesso em: 13 fev. 2021.
10. PEREIRA, Antonio. Os sujeitos da EJA e da educação social: As pessoas em situação de vulnerabilidade social. *Revista Práxis Educacional*. v. 15, n. 31, p. 273-294, jan./mar. Vitória da Conquista - Bahia - Brasil, 2019. Disponível em: <https://pdfs.semanticscholar.org/0784/175c596aae3597ba18b01825725ef17640c6.pdf>. Acesso em 16 jan. 2021
11. SIQUEIRA, Audrey Mara de Moraes. Direito à educação ao longo da vida e a modalidade educação jovens e adultos. *Ensaio Pedagógicos(Sorocaba)*, vol.3, n.1, jan.-abr. 2019, p.36-43. Disponível em: <http://www.ensaiospedagogicos.ufscar.br/index.php/ENP/article/view/124/152> Acesso em: 20 jan. 2021
12. TEODORO, Elisa Campos; SANTOS, Silvia Alves dos. Os estudantes da educação de jovens e adultos. *Revista de Educação Popular*, v. 19, n. 3, p. 16-33, 23 nov. 2020. Disponível em: <http://www.seer.ufu.br/index.php/reveducpop/article/view/53349>. Acesso em: 15 jan. 2021
13. VOSGERAU, Dilmeire Sant'anna Ramos; ROMANOWSKI, Joana Paulin. Estudos de revisão: implicações conceituais e metodológicas: implicações conceituais e metodológicas. *Revista Diálogo Educacional*, [s.l.], v. 14, n. 41, p. 165-189, 2014.

Pontifícia Universidade Católica do Paraná - PUCPR. Disponível em:
<http://dx.doi.org/10.7213/dialogo.educ.14.041.ds08>. Acesso em 11 fev. 2020.